

Nome	CTTC	Categoria	Escala	Índice
Carla Susana Nogueira Pinto	16 de Julho de 2001	Assistente administrativo	1	191
José Manuel Simões Veigas Inocentes	16 de Julho de 2001	Auxiliar administrativo	7	191
Adriano Joaquim Mendes Teixeira Santos	16 de Julho de 2001	Cantoneiro de limpeza	1	148
José Carlos Nunes Teixeira	16 de Julho de 2001	Encarregado de pessoal operário qualificado	4	290

19 de Julho de 2001. — A Vereadora dos Serviços Municipais do Urbanismo, Recursos Humanos e Serviços de Saúde Ocupacional, *Maria de Fátima de Alegria Antunes Valença Mourinho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aviso n.º 6727/2001 (2.ª série) — AP. — Em reunião ordinária da Câmara Municipal de Almeida, do dia 4 de Julho de 2001, foi presente uma proposta de revisão do PDM — Plano Director Municipal de Almeida, pelo presidente da Câmara, sob proposta dos Serviços Técnicos desta Câmara, nos termos e com a seguinte fundamentação:

Revisão do Plano Director Municipal

1 — O Plano Director Municipal de Almeida, foi elaborado entre 1991 e 1994, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal de Almeida em 12 de Setembro de 1994, e ratificado pelo Governo, conforme Resolução n.º 120/94, publicada na 1.ª Série-B, do *Diário da República*, de 2 de Dezembro de 1994.

Decorridos cerca de sete anos após a entrada em vigor do Plano Director Municipal, verifica-se a necessidade de serem introduzidas algumas correcções. Por outro lado, o n.º 3 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, estabelece a obrigatoriedade de revisão do PDM, no prazo máximo de 10 anos após a sua entrada em vigor, estando a uns escassos três anos desse limite.

2 — Importa, presentemente, proceder à avaliação do PDM e à sua adequação à realidade actual, num território em constante mudança. De facto a conjuntura actual revela-se bastante diferente da que enquadrava o período de elaboração do PDM, sendo essa situação mais intensa em Vilar Formoso, que constitui o maior núcleo urbano do concelho, onde a dispensa das formalidades aduaneiras, devido à adesão de Portugal ao Mercado Único Europeu, provocou uma forte recessão das actividades ligadas a essas formalidades, com uma forte redução dos recursos humanos, com maior incidência a nível de despachantes e dos serviços de fronteira, afectando de um modo intenso em termos sócio-económicos, esse núcleo urbano. A integração da sede de concelho e da aldeia de Castelo Mendo no projecto-piloto de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal veio possibilitar a valorização do seu património e interesse histórico-cultural, tendo em vista a sua promoção no mercado turístico nacional e internacional constituindo-se como uma iniciativa inovadora na promoção das aldeias históricas, enquanto produto turístico.

A nível de infra-estruturas de saneamento e abastecimento de água em alta, ocorre presentemente uma realidade substancialmente diferente, face à adesão do município de Almeida à Empresa de Águas do Zêzere e Côa, cuja gestão dessas infra-estruturas passará a ser da sua responsabilidade.

3 — Acresce ainda o facto de um grande número dos objectivos consignados no PDM, terem sido atingidos, nomeadamente através da realização de intervenções de qualificação do espaço público e de reabilitação urbana em todas povoações do concelho, com significativas intervenções em Almeida e Vilar Formoso, implementação de redes de abastecimento de água em quase todas as povoações, havendo presentemente uma taxa de cobertura de 99%, face à população residente no concelho, a concretização da maior parte da rede viária municipal fundamental, a instalação de equipamentos desportivos num grande número de povoações, destacando-se a construção de pavilhões gimnodesportivos em Almeida e Vilar Formoso, a construção de equipamentos de saúde, bem como de apoio à terceira idade e, finalmente, a construção das escolas C + S de Almeida e Vilar Formoso.

Por outro lado, o PDM previa a construção de um aeroporto no Alto do Leomil, o qual implicaria uma vasta área de servidão. Tal infra-estrutura, tem-se revelado desadequada pela sua dimensão e meios financeiros que envolveria, sendo preferível apostar na construção de um aeródromo, mais adaptado às necessidades do concelho e da região, possibilitando a desafectação de terre-

nos, que de outro modo permaneceriam comprometidos, face a um projecto dificilmente de concretizar.

4 — No âmbito da gestão urbanística municipal, foram detectadas discrepâncias entre plantas de condicionantes e plantas de ordenamento, tendo sido também descortinadas algumas incorrecções, sendo necessário proceder a acertos de cartografia. Salienta-se ainda que a cartografia que serviu de base à elaboração do PDM, se apresentar bastante desactualizada. Ainda neste âmbito e no que respeita ao Regulamento do Plano reconhece-se a necessidade de serem introduzidas correcções, por forma a dotá-lo de coerência. Por outro lado, tem-se verificado que a existência de áreas de salvaguarda estrita, nomeadamente no que respeita às RAN e REN, no interior dos aglomerados e em zonas servidas por infra-estruturas, mesmo já anteriores a essa definição, tem provocado um efeito nefasto, com o crescimento excêntrico dos aglomerados, o qual é contrário ao objectivo principal de um plano municipal de ordenamento do território, ou seja, que o crescimento urbano se faça de um modo ordenado, com o preenchimento dos espaços intersticiais, rentabilizando-se as infra-estruturas existentes.

5 — Finalmente, verifica-se a necessidade de adequar os instrumentos de planeamento ao novo quadro legal, entretanto produzido a partir da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

6 — Assim, o actual contexto recomenda que se proceda à revisão do Plano Director Municipal de Almeida, dotando o município com um instrumento mais operacional e conforme às tendências actuais de desenvolvimento.

7 — Neste quadro, constituem-se como objectivos principais da revisão do PDM, nomeadamente, os a seguir discriminados:

- Identificação e definição dos elementos estruturantes do território;
- Elaborar um Regulamento coerente e objectivo de forma a permitir o ordenamento do território e uma correcta gestão urbanística municipal;
- Actualização do conteúdo do Plano e correcção de deficiências e omissões detectadas;
- Redefinição das áreas urbanas e urbanizáveis e delimitação de perímetros urbanos, através da definição de cartas de ordenamento para todos os aglomerados rurais, cuja inexistência em alguns casos, tem condicionado a construção nessas áreas;
- Avaliação e redefinição das áreas afectas às RAN e REN, uma vez que desde a entrada em vigor do PDM, têm sido efectuadas algumas desafectações;
- Compatibilização do Plano com outros instrumentos de planeamento que se encontram em elaboração, nomeadamente os Planos de Salvaguarda dos Centros Históricos de Almeida, Castelo Mendo e Castelo Bom, bem como, no que respeita ao estudo para uma estratégia de ordenamento, reabilitação e desenvolvimento para a vila de Vilar Formoso;
- Reestruturação espacial do território concelhio, no sentido de contornar a tendência actualmente verificada para a dispersão do povoamento, definindo-se os diferentes usos do solo de acordo com as potencialidades e as necessidades locais;
- Garantir a disponibilidade de terrenos devidamente inseridos na estrutura urbana, de modo a permitir a concretização de uma estratégia de localização de equipamentos e a criação de zonas de lazer e recreio;
- Conclusão, estruturação e hierarquização da rede viária do concelho, numa perspectiva de melhoria da acessibilidade interna e externa;
- Compatibilização do sistema de abastecimento de água e saneamento, face à integração do município de Almeida na Empresa de Águas do Zêzere e Côa, assim como, no que se

refere a recolha de resíduos sólidos urbanos, atendendo à adesão à Associação de Municípios da Cova da Beira;
 Construção de um aeródromo no Alto do Leomil;
 Conclusão das termas da Fonte Santa;
 Construção de piscinas municipais cobertas em Almeida e Vilar Formoso;
 Construção de um centro coordenador de transportes em Vilar Formoso;
 Reabilitação do edifício da alfândega para a instalação de um centro de informação turística, que fomente e divulgue as capacidades endógenas concelhias e regionais;
 Construção de um novo parque TIR;
 Construção da duplicação do IP 5, com a reorganização urbanística inerente, em função do novo eixo viário de atravessamento da fronteira;
 Valorização e promoção do património histórico-cultural concelhio.

8 — Considerando o antes referido, sou de parecer de que se encontram reunidas as condições para se dar início à revisão do PDM, nos termos do estipulado no artigo 98.º, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Face à fundamentação apresentada, o presidente propôs que se procedesse à revisão do PDM, ao abrigo do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Posta à votação, o executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta de revisão.

Mais deliberou:

- a) Solicitar à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, nos termos do artigo 6.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, por remissão do artigo 157.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, a constituição da comissão técnica que irá acompanhar a revisão do Plano;
- b) Promover a participação prevista no n.º 2 artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, pelo período de 60 dias, contados da publicitação prevista no mesmo número e artigo, com vista à formulação de sugestões e apresentação de informações sobre quaisquer questões, que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração.

4 de Julho de 2001. — O Presidente da Câmara, *José da Costa Reis*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÔVAR

Aviso n.º 6728/2001 (2.ª série) — AP. — *Plano Pormenor da Zona Industrial de Almodôvar.* — Manuel Lopes Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Almodôvar:

Torna público que, nos termos do artigo 74.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal de Almodôvar, em sua reunião realizada no dia 12 de Julho de 2001, aprovou a elaboração do Plano Pormenor da Zona Industrial de Almodôvar, a realizar no prazo máximo de seis meses.

16 de Julho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Manuel Lopes Ribeiro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

Edital n.º 344/2001 (2.ª série) — AP. — Joaquim Luís Rosa do Céu, presidente da Câmara Municipal de Alpiarça:

Torna público que, por deliberação do executivo municipal tomada em reunião de 20 de Junho de 2001, ratificada pela Assembleia Municipal de Alpiarça em sessão de 28 de Junho de 2001, foi aprovado o projecto de Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, o qual se encontra em apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro,

pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do presente edital no *Diário da República*.

2 de Julho de 2001. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Luís Rosa do Céu*.

Projecto de Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal

Introdução

Para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 e nas alíneas f), h) e i) do n.º 2, todas do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e tendo em conta a entrada em vigor do novo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, foi elaborado o presente projecto de Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal.

A execução do inventário vem dar cumprimento ao estabelecido na primeira fase de implementação do novo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o qual obriga a que as câmaras municipais disponham de um inventário actualizado, que lhes permita a elaboração do balanço inicial e final, os quais são de execução obrigatória a partir da data de entrada em vigor do novo regime contabilístico.

Por outro lado, o controlo e a gestão dinâmica do património municipal também encontra suporte na elaboração de um inventário que deverá permanecer sempre actualizado, de modo a permitir conhecer, em qualquer momento, o estado, o valor, a afectação e a localização dos bens do município.

O inventário permite assim obter uma avaliação global dos bens dos municípios de modo a que possam ser confrontados, por exemplo, com o valor da dívida.

Assim sendo, foi elaborado o presente projecto de regulamento a partir, de entre outros, de extractos do POCAL e de diversos normativos legais aplicáveis ao património do Estado, tendo ainda sido introduzidas as alterações consideradas necessárias para uma melhor adequação à realidade patrimonial do município de Alpiarça, salvaguardando sempre as normas de aplicação obrigatória, face ao POCAL.

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 — O inventário e o cadastro do património municipal compreende todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do mesmo.

Artigo 2.º

Objectivos

1 — O presente Regulamento estabelece os princípios gerais de inventariação, aquisição, registo, afectação, seguros, abate, valorimetria e gestão dos bens móveis e imóveis do município de Alpiarça, inventariação de direitos e obrigações, assim como as competências dos diversos serviços municipais envolvidos na prossecução daqueles objectivos.

2 — Considera-se gestão patrimonial do município, a correcta afectação dos bens pelas diversas divisões/secções/sectores municipais, tendo em conta não só as necessidades dos diversos serviços, mas também a sua melhor utilização e conservação.

CAPÍTULO II

Do inventário e cadastro

Artigo 3.º

Inventariação

1 — A inventariação compreende as seguintes operações:

- a) Arrolamento — elaboração de uma listagem discriminada dos elementos patrimoniais a inventariar;